

A ficção científica no ensino de literatura

Science fiction in literature teaching

Ramiro **Gioldo**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS

Resumo

O texto aborda as particularidades do ensino de expressões literárias não acolhidas pelo cânone brasileiro, em particular a literatura de ficção científica. Embora a crítica literária nacional pareça ignorar, textos que podem de uma forma ou de outra ser discutidos por meio dos paradigmas próprios da ficção científica são amplamente produzidos no Brasil desde tempos recuados. No intuito de discutir o ponto, o texto investiga a natureza de tais paradigmas, bem como sua possível abordagem no ensino. Privilegiando a função utópica da literatura (e do ensino), a argumentação recorre basicamente a proposições cunhadas por Ernst Bloch, Paulo Freire e Darko Suvin.

Palavras-chaves: Cânone literário brasileiro. Margem. Ensino. Ficção científica. Utopia.

Abstract

The paper deals with the peculiarities of the teaching of literary expressions not accepted by the Brazilian literary canon, particularly science fiction literature. Although the Brazilian literary criticism seems to ignore, literary works that may in one way or another be linked to the paradigms of science fiction are largely produced in Brazil. In order to discuss the point, the paper investigates the nature of such paradigms as well as its possible approach in teaching. Focusing on the utopian function of literature (and teaching), the paper approaches propositions coined by Ernst Bloch, Paulo Freire and Darko Suvin.

Keywords: *Brazilian literary canon. Margin. Teaching. Science fiction. Utopia.*

Há, nos estudos literários contemporâneos, o recorrente interesse por obras não incorporadas ao cânone, preocupação que persiste a despeito da esperada resistência conservadora. Tais estudos se voltam para textos literários que, pelos mais diversos motivos, foram esquecidos, ignorados ou refutados segundo critérios excludentes geralmente não enunciados de forma explícita. O interesse deve ser não apenas resgatar a produção literária à qual não foi dada a devida atenção, mas observar também os arredores imediatamente próximos para que a produção contemporânea alheia aos parâmetros institucionalizados não seja também ignorada ou sub-avaliada.

É preciso que se tome o cuidado, contudo, de não deixar de lado a produção canônica, sob pena de promover um gradual processo de esquecimento que acabaria por privar nossa cultura de uma parte imprescindível de sua história. Os textos tomados como clássicos, afinal, são constitutivos de nossa feição cultural, colocando-se na base dela mesma, condicionando-lhe as particularidades. São os parâmetros que se impõem ao observador dedicado a conhecer as marcas deixadas pelo passado e as alternativas que ao futuro se apresentam.

Como o porvir da prática e da crítica literárias se mostra apenas por meio de esboços compostos por propostas e manifestações algo difusas, é pertinente propor que nossa cultura também se constitui por meio do que nela está em

potencial, quer este potencial tenha sido historicamente frustrado ou não. Decorrentemente, o cânone literário também se caracteriza pelo que dele é excluído, pelas potencialidades que obriga a permanecer em suspenso.

Cabe, portanto, sugerir um olhar algo ambivalente aos estudos literários que se dedicam à compreensão de obras não canônicas, um olhar que cuide tanto do que se mostra afim aos parâmetros tradicionalmente acolhidos quanto ao que deles escapa. Assim, é possível melhor compreender as brechas a cindir os critérios que, institucionalizados, podem parecer absolutos e atemporais. Saltam aos olhos os critérios extra-literários que motivaram a histórica exclusão de identidades não dominantes – caso, por exemplo, da escrita negra, da feminina e da oriunda das classes economicamente desfavorecidas. Mas também os critérios estéticos devem ser flutuantes, devem obedecer à particularidade de cada diferente expressão literária. Ou seja, os critérios críticos canônicos não podem ser aplicados de pronto, sem prévia discussão, às expressões não canônicas, sob pena de ignorar-lhes as especificidades.

Se é reclamada uma crítica literária que assim proceda na tentativa de corrigir as injustiças do passado e do presente, bem como de impedir que injustiças futuras aconteçam, decorrentemente o ensino de literatura também deve contemplar aquilo que foi e está sendo ignorado pela nossa cultura, aquilo que os parâmetros hegemônicos colocam à margem. Afim de que a simetria se mostre plena e produtiva para a instância do ensino, também deve ser adotado um olhar ambivalente, capaz de conduzir à apreensão das fissuras nos parâmetros instituídos e das manifestações por eles marginalizadas.

Uma articulação tal entre a crítica e o ensino de literatura pode se beneficiar das proposições de João Alexandre Barbosa no ensaio “Leitura, ensino e crítica da literatura”. Segundo o autor, a interdisciplinaridade deve estar presente como prática no ensino da literatura, para que a leitura e a releitura se mostrem produtivas no próprio contato que o professor tem com os alunos e que ambos têm com o texto literário:

Ler na literatura o que é literatura, mas nos intervalos das relações com aquilo que não é (elementos sociais, históricos, psicológicos), inclusive a literatura e as artes como matérias para a literatura. Neste movimento, desaparecem distinções possíveis entre leitura, ensino e crítica da literatura. É o domínio do leitor de intervalos (BARBOSA, 2003, p. 75).

Buscando os intervalos de leitura é possível articular questões oriundas de outras áreas do conhecimento ao que é próprio da literatura, e, assim, atingir uma

compreensão mais significativa de cada texto. Se tal procedimento for conduzido em conjunto com os alunos, a crítica literária, tomada como uma reflexão sistematizada acerca da literatura, é realizada já na própria sala de aula. Leitura, ensino e crítica da literatura se equiparariam quando em movimento, libertas dos parâmetros que tentam nortear *a priori* a compreensão dos textos literários.

Trata-se de uma proposição de valia para o ensino de textos postos à margem do cânone, já que despe a leitura e a crítica de preceitos estanques e permite que a escrita literária fale por si. Os intervalos de leitura, os pontos em que cada obra se abre para diversas interpretações, passam a ser o foco do ensino de literatura, e não a mera transmissão estática de conceitos, critérios e parâmetros previamente manejados para discutir obras já fixadas no cânone.

Dentre as manifestações literárias tradicionalmente ignoradas pela crítica literária brasileira, o caso da ficção científica é paradigmático. Como vem sendo sistematicamente apontado por pesquisadores como Roberto de Sousa Causo, autor do fundamental (pois delimita fundamentos para a consolidação de uma historiografia do gênero conforme praticado pelos brasileiros) **Ficção científica, fantasia e horror no Brasil, 1875 a 1950**, a ficção científica é produzida por autores brasileiros desde momentos recuados de nossa história literária.

Além dos autores brasileiros que escreveram ficção científica (FC) em apenas uma ou em poucas ocasiões, como Rachel de Queiroz (**Ma-Hôre**), Érico Veríssimo (**Viagem à aurora do mundo**), Moacyr Scliar (**O rei dos clones**), Rubem Fonseca (**O campeonato**) e Monteiro Lobato (**O presidente negro**), há aqueles cujo corpo de trabalho é exclusiva ou majoritariamente vinculado ao gênero, como André Carneiro, Fausto Cunha, Berilo Neves, Rubens Teixeira Scavone, Jeronymo Monteiro, Braulio Tavares, Jorge Luiz Calife e Luiz Bras, entre diversos possíveis exemplos. Não por acaso, os esporádicos textos de FC dos autores consagrados são esquecidos ou pouco lembrados pela fortuna crítica de cada um; e, também não por acaso, os autores que praticaram extensivamente o gênero não se vêem devidamente abordados pela crítica literária brasileira. Trata-se da norma homogeneizadora que norteia o cânone e sua tendência de reduzir a diferença a nota de rodapé (ou nem isso).

O que se está aqui chamando de ficção científica? Cabe cuidar do ponto para estabelecer algumas das especificidades do gênero às quais seu ensino deve estar atento, e, também, para refutar a suspeita de que essa categorização genérica está relacionada apenas a contingências mercadológicas. Tal suspeita responde a duas posturas conservadoras que buscam negar espaço ao estudo e ao ensino do gênero: a primeira aponta que o termo “ficção científica” não nomeia textos dignos de atenção da crítica e do ensino de literatura; a segunda,

que os textos brasileiros assim nomeados, se donos de qualidades estéticas, podem ser mais proveitosamente discutidos segundo outras perspectivas, tais quais a investigação do “realismo mágico” ou do fantástico todoroviano.

A primeira postura pode ser refutada apenas por meio da análise de textos específicos, evitando a condenação generalizante de toda uma manifestação literária – contudo, o presente texto pretende sinalizar alguns dos caminhos que viabilizam e justificam o estudo e o ensino da FC. A segunda postura também não deve ser levada adiante sem o confronto crítico com textos específicos, e expõe um olhar limitado na compreensão da multiplicidade expressiva posta em cena por cada obra literária. Em outras palavras, é próprio dos textos literários significativos a abertura para as mais diversas leituras e abordagens teórico-críticas, ao invés do fechamento em uma única chave interpretativa. Como opção analítica, os paradigmas próprios do estudo da FC podem oferecer um caminho interpretativo dotado de frescor, alheios que são aos parâmetros fixados no cânone literário brasileiro.

Quais são os paradigmas próprios da FC aos quais o ensino do gênero deve estar atento? Preliminarmente à resposta, ressaltamos, com base no que já foi exposto neste texto, que tais paradigmas não devem ser tomados como elementos confinados a um gueto isolado, à parte do restante da produção literária brasileira. Pelo contrário: embora dotada de suas especificidades, a FC nacional é fértil em diálogos com outras manifestações culturais que surgem em nosso particular contexto sócio-histórico.

O estudo acadêmico da FC é pela primeira vez realizado de forma extensiva e sistematizada por Darko Suvin, pesquisador responsável por cunhar conceitos basilares na compreensão do gênero. Conforme observa Istvan Csicsery-Ronay, Jr.,

em seu livro *Metamorphoses of science fiction* (1979), Suvin introduziu uma série de ideias que permanecem centrais na crítica da FC: distanciamento cognitivo, o novum e a ligação genética da FC com a utopia”. (CSICSEY-RONAY, 2003, p. 118. Tradução livre)

Cuidemos brevemente do três pontos assinalados por Csicsery-Ronay. A FC é, para Suvin,

um gênero literário cujas condições necessárias e suficientes são a presença e a interação de distanciamento e de cognição, e cujo principal artifício formal é um quadro imaginário alternativo ao ambiente empírico do autor. (SUVIN, 2016, p. 20. Tradução livre)

O texto do gênero, portanto, firma atípicas relações entre o conhecimento sedimentado – empiricamente verificável e aceito – e a ordem do imaginário. Dessa forma, habita na FC o potencial de promover um olhar outro acerca do que é comumente aceito como verdade, aquilo que o senso comum de pronto identifica como real. As diferenças entre o quadro imaginário cunhado por cada obra e a realidade que a ficção transfigura e da qual se dissocia são dadas pela presença de um *novum*, o elemento responsável pela *differentia specifica* da FC. Nas palavras de Suvin, “a FC é distinguida pela dominância ou hegemonia de um ‘*novum*’ (novidade, inovação) ficcional validado por lógica cognitiva” (SUVIN, 2016, p. 79. Tradução livre). Assim, as diferenças que o *novum* institui com relação ao empírico são, no caso do gênero, configuradas de maneira lógica – a verossimilhança é calcada não necessariamente no fato científico, mas no raciocínio lógico que se faz parecer ciência.

Nas palavras de Mark Bould, fazendo referência ao conceito de *novum* (grosso modo, a “novidade estranha” que toda narrativa de FC apresenta), as formulações teóricas de Suvin provocaram um impacto incontestável no estudo sistematizado da FC:

Dezembro de 1972 viu o aparecimento do ensaio *On the poetics of the science fiction genre*, de Suvin. (...) Em 1973, juntamente com R. D. Mullen, ele lançou e editou *Science fiction studies*, a mais teoricamente sofisticada das revistas sobre ficção científica, com fortes tendências marxistas e feministas. A partir daquele momento, a teoria e a crítica de ficção científica habitou – recorrentemente de forma tensa – o horizonte do evento Suvin, ou tentou dele escapar. (...) De qualquer forma que se responda a ela, a definição (e sua elaboração) de Suvin chegou, ela própria, como um *novum*, reorganizando a teoria e a crítica de ficção científica ao seu redor, idiossincrática e contingentemente casando a ficção científica com o marxismo. (BOULD, 2009, pp. 18-19. Tradução livre)

Os conceitos de *novum* e de distanciamento cognitivo, assim, se integraram de forma indissociável à crítica de FC. Outra marca deixada por Suvin na tradição foi, conforme aqui anunciado por Csicsery-Ronay, a proposição de que há um parentesco entre a FC e a utopia. Esta, num primeiro momento, é por Suvin tomada como um gênero literário que encontra seu marco inicial na *Utopia*, de Thomas More, obra que funda paradigmas temáticos e formais adotados por diversos seguidores – tais quais o caráter estático da narrativa, a presença de um personagem guia que descreveo lugar perfeito e o estabelecimento de um contraponto entre a perfeita utopia e a imperfeita sociedade empírica. Como

a FC, o gênero utópico permite que o próprio contraponto entre o real e o ficcional se dê de forma crítica, colocando em xeque o estabelecido pelo senso comum. Retrospectivamente, é possível avaliar textos recuados no tempo por meio do distanciamento cognitivo formulado por Suvin. Em outro nível, o teórico investiga a própria função utópica da literatura, bem como as especificidades da função utópica da literatura de FC.

Ernst Bloch, no que cabe ao conceito de utopia, é o autor basilar na compreensão de Suvin. Segundo Bloch, conforme proposto e elaborado na trilogia **O princípio esperança**, a utopia surge por meio de uma observação crítica dos arredores e floresce por meio da ação, da intervenção nesses mesmos arredores. Nas palavras do autor,

[A esperança] não é concebida apenas como afeto, em oposição ao medo (pois também o medo consegue antecipar), mas *mais essencialmente* como ato de direção cognitiva (e, neste caso, o oposto não é o medo, mas a lembrança). A concepção e as ideias da intenção futura assim caracterizada são utópicas, mas não no sentido estreito desta palavra, definido apenas pelo que é ruim (fantasia emotivamente irrefletida, elucubração abstrata e gratuita), mas justamente no novo sentido sustentado do sonho para a frente, da antecipação. Assim, portanto, a categoria do utópico possui, além do sentido habitual, justificadamente depreciativo, também um outro que de modo algum é necessariamente abstrato ou alheio do mundo, mas sim inteiramente voltado para o mundo: o sentido de ultrapassar o curso natural dos acontecimentos (BLOCH, 2005, p. 22).

Dessa forma, o elemento cognitivo precisa estar envolvido na constituição da utopia: para que uma alternativa ao que se observa de nocivo no contexto imediato possa ser elaborada de forma a intervir no curso dos acontecimentos, é necessário compreender as estruturas responsáveis pelo que há de nocivo – remetendo-nos a Theodor W. Adorno em seu clássico ensaio “Posição do narrador no romance contemporâneo”, podemos dizer que é necessário superar a fachada e investigar as fundações que mantém ereta edificação.

No pensamento de Suvin, a FC colabora com o propósito utópico – o gênero tem, afinal, o potencial de promover uma desautomatização no olhar que o leitor dirige à realidade empírica. Trata-se de uma ideia encontrada no cerne do conceito de distanciamento cognitivo em sua definição de uma circunstância ficcional calcada simultaneamente na cognição e no que ela não engloba (ou, talvez, no que ela *ainda* não engloba).

A utopia não se realiza na literatura apenas na FC, de forma nenhuma. Em sua *Aula*, Roland Barthes trata de tal função sem fazer distinções entre gêneros ou categorias de textos; fala da literatura de forma geral:

(...) a literatura é categoricamente realista, na medida em que ela sempre tem o real por objeto de desejo; e direi agora, sem me contradizer, porque emprego a palavra em sua acepção familiar, que ela é também obstinadamente: irrealista; ela acredita sensato o desejo do impossível. Essa função, talvez perversa, portanto feliz, tem um nome: é a função utópica (BARTHES, 2013, p. 22).

A despeito de seu desejo pelo real, a literatura a ele articula o irreal, o impossível. Pode, portanto, cultivar a esperança mesmo quando os textos se vêm marcados por uma intensa negatividade na representação das relações dos homens entre si e deles com o mundo. Promove um contato com o outro que tem o potencial de superar a contingência imediata, colocando em suspensos preconceitos oriundos da mera observação das superfícies.

A FC apresenta de maneira particularizada esse potencial, ao explicitar o contraponto entre o empírico e o ficcional por meio de uma extrapolação de tendências em curso no momento da escrita. Extrapolação “distanciada” e cognitiva, criando um jogo entre o conhecido e o desconhecido do qual o leitor se faz partícipe no momento do retorno ao real – não mais o real que precede a leitura do texto de FC, mas um real já questionado por meio da dialética ficcionalmente instituída entre visível e invisível, possível e ainda impossível.

De maneira bastante breve, tratemos de um texto de FC brasileiro, **Não verás país nenhum**, de Ignácio de Loyola Brandão, para explicitar as considerações teóricas acima traçadas. O distópico romance é ambientado em uma São Paulo futurista inóspita, resultado de décadas de descaso e abusos por parte do poder público. Não há mais vegetação, a água é escassa e o índice populacional atingiu níveis insuportáveis. A maior parte da narrativa é composta pelo vagar do protagonista pela metrópole, uma jornada em procura de um passado apagado e da construção de um quadro mais geral da violenta e insustentável cidade.

No decorrer da narrativa, é progressivamente dado a conhecer que o mundo futuro é resultado de uma abertura democrática que não se realizou de forma plena. Os dispositivos coercitivos herdados do regime militar se mantiveram, ao lado de uma intensa burocracia que tem o interesse de despir de direitos básicos os habitantes da São Paulo distópica.

Cuidemos de um trecho específico do romance. A breve análise do excerto deve, aqui, ser lida como um exercício modelar ao ensino de FC, na medida em que permite a observação prática dos paradigmas constituintes do gênero

A ficha indica onde posso andar, os caminhos a percorrer, bairros autorizados, por que lado de calçada circular, condução a tomar. Assim, somos sempre os mesmos dentro do S-7,58. Nos conhecemos todos, mas não nos falamos, raramente nos cumprimentamos. Viajamos em silêncio.

Sou exceção, grito meu bom-dia, os rostos se viram aflitos, perplexos. Depois se voltam para a paisagem, as calçadas congestionadas. Mais um louco, pensam. Todos têm certeza, serei apanhado ao descer. No dia seguinte se surpreendem, sem demonstrar, quando apareço, cumprimentando.

(...)

Acabei de descer, ouvi os estampidos. Secos, ocos, tão conhecidos. Joguei-me rápido ao chão, conforme severas instruções. Num décimo de segundo, todos em volta estendidos. Vivemos condicionados, nossos reflexos aguçados. Como aqueles ratos que vão comer ao ouvir a campainha (BRANDÃO, 2007, p. 21).

Os habitantes da São Paulo futura seguem, notemos, normas rigidamente estabelecidas. Sua liberdade de movimento foi roubada, posto que o caminhar deve obedecer rotas já estabelecidas. A despeito da imposição de tão estrita ordem, a segurança pública não é oferecida como contrapartida: as pessoas já estão condicionadas a reagir de à violência, como podemos observar pela reação de todos aos disparos – uma reação afim ao benjaminiano estado de alerta que as metrópoles impõem aos que nelas vivem. O narrador compara a si e aos seus pares a ratos, ilustrando a desumanização a que são sujeitos.

Trata-se de um exemplo dos procedimentos próprios da FC: a extrapolação de tendências autoritárias, burocráticas e violentas em curso no momento da escrita (o começo dos anos oitenta, na desconfiança para com a abertura política) é dada em uma configuração ficcional distanciada (pois exagerada, extrapolada para o futuro) e construída segundo uma lógica cognitiva (pois construída por meio de uma reflexão acerca dos caminhos tomados pela história brasileira). Alia-se o distanciamento à cognição e concretiza-se o distanciamento cognitivo proposto por Suvin.

Habita no romance, portanto, o potencial de promover uma nova visada do real, por meio da representação ficcional de um tempo outro. O enredo trata do

futuro, mas o potencial crítico pertence ao presente – é no presente que deve existir a ação preventiva dedicada a frustrar os desenvolvimentos nocivos. É um potencial utópico, pois fomenta a percepção crítica das estruturas dominantes e abre o caminho para a esperança capaz de mudar o curso dos acontecimentos.

O ensino de literatura não pode prescindir da utopia, e nesse ponto a ficção científica tem uma importante contribuição a oferecer em sua abordagem do impossível que pode se fazer possível. A FC oferece uma variedade de mundos possíveis. No caso de futuros distópicos como o de **Não verás país nenhum**, a possibilidade é temível e digna de ser combatida pela ação utópica fomentada com a leitura; no de futuros desejáveis, a possibilidade será perseguida por essa mesma ação; no de textos que não lidam diretamente com o porvir, a possibilidade se dá por meio da própria realidade alternativa configurada pela obra. A realidade, na FC, é esgarçada na possibilidade de um mundo outro – na esperança, em suma. Uma esperança crítica, como quer Paulo Freire, educador sempre interessado na esperança e na utopia que dela pode nascer. A articulação entre Suvin e Freire não deve causar estranhamento, já que ambos os autores emprestam de Bloch a noção de utopia – avessa à contemplação desinteressada, calcada na percepção crítica e ligada à ação. Observemos um trecho da mencionada obra de Freire:

Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança.

Por isso, venho insistindo, desde a **Pedagogia do oprimido**, que não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (FREIRE, 2016, p. 126-127).

Dessa forma, a compreensão de mundo que tem o poder de recriá-lo obedece a uma tripla simultaneidade: enxerga o *presente* cujas fundações se encontram no *passado* e também uma ideia de *futuro* a ser buscada entre tantos futuros

possíveis. Trata-se de uma condição crítica que a FC privilegiadamente fomenta, ajudando a cumprir a faceta estética do porvir de que fala Freire.

O ensino da ficção científica interessado em se realizar como ação e em fomentá-la, portanto, deve se voltar para uma noção crítica de futuro. É uma opção de valia no intuito de compreender a conformação estética não apenas em suas tensas relações com o contexto imediato e o passado, mas também nas relações com o porvir. De valia, embora radicalmente negligenciada.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: _____. *Notas de Literatura I*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. De Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- BARBOSA, João Alexandre. Leitura, ensino e crítica da literatura. In: _____. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê, 1996.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução e posfácio de Leila Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança I*. Tradução de Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005.
- BOULD, Mark. *Introduction: rough guide to a lonely place*. In: _____.; MIÉVILLE, China. *Red planets: Marxism and science fiction*. Connecticut: Wesleyan University Press, 2009.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Não verás país nenhum*. 25. ed. São Paulo: Global 2007.
- CAUSO, Roberto de Sousa. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil: 1875 a 1950*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CSICSERY-RONAY JR., Istvan. *Marxist theory and science fiction*. In: JAMES,

- Edward; MENDLESOHN, Farah. *The Cambridge companion to science fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- FONSECA, Rubem. O campeonato. In: _____. *Feliz ano novo*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1951. (Obras completas de Monteiro Lobato, v. 5).
- QUEIROZ, Rachel de. “Ma-Hôre”. In: TAVARES, Braulio (org.). *Páginas do futuro: contos brasileiros de ficção científica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- SCLIAR, Moacyr. O rei dos clones. *Revista Galileu*. São Paulo, pp. 34-39, outubro, 2001.
- SUVIN, Darko. *Metamorphoses of science fiction*. Bern: Peter Lang, 2016.
- VERÍSSIMO, Érico. *Viagem à aurora do mundo*. 13. ed. Porto Alegre: Globo, 1984.